



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Cidreira

PROJETO DE LEI Nº 024/2022

“Altera a redação do Artigo 5º-A da Lei Municipal nº 2116 de 12 de janeiro de 2015 acrescido através da Lei Municipal nº 2543 de 23 de novembro de 2018, revoga a Lei Municipal nº 2.835/2021, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE CIDREIRA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º - Fica alterada a redação do Artigo 5º-A da Lei Municipal nº 2116 de 12 de janeiro de 2015, acrescido através da Lei Municipal nº 2543 de 23 de novembro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5-A – O percentual que o Poder Legislativo Municipal repassará ao IPE-SAÚDE será de 43,13% (quarenta e três vírgula treze por cento) da remuneração total do segurado conforme normas do Instituto.

§ 1º - Os 43,13% exigidos pelo IPE-SAÚDE serão repassados da seguinte forma:

c) 18,13 % (dezoito vírgula treze por cento) será proveniente do servidor.

d) 25% (vinte e cinco por cento) será proveniente do Poder Legislativo;

§ 2º - O recolhimento do percentual previsto neste artigo dos vencimentos dos segurados pelo convênio se dará mediante dedução da cota de retorno do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Município, junto ao BANRISUL” (NR)

Art. 2º - Em anexo, faz parte integrante desta lei o Termo de Contrato de Prestação de Serviços do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – IPE-SAÚDE.

Art. 3º - Fica revogada a Lei Municipal nº 2.835/2021.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDREIRA, EM

Registre-se e publique-se.

Ver. GILMAR DA COSTA SILVA
1º Secretário do Poder Legislativo


Ver. LUIZ PAULO CARDOSO
Presidente do Poder Legislativo



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Cidreira

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº /2022

Senhores Vereadores

Por meio da Lei Municipal nº 2.116/2015, foi realizado convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, ocasião em que restou viabilizado que os servidores municipais ativos, inativos, estatutários ou celetistas, pensionistas e Vereadores da Câmara Municipal de Cidreira, bem como seus dependentes legais, pudessem usufruir dos serviços de assistência médico-hospitalar e laboratorial do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE SAÚDE.

No entanto, chegou a esta Casa Legislativa a informação de que os valores serão reajustados, dos atuais 18,17% (autorizado pela Lei Municipal nº 2.835/2021), para 43,13%, sendo apresentado pela Autarquia uma planilha de custos justificando o aumento.

Desse modo, a fim de que haja a continuidade da prestação dos ótimos serviços prestados com o IPE-SAÚDE, faz-se necessária a apresentação do presente Projeto de Lei, a fim de que seja viabilizada a alteração da redação do Artigo 5º-A da Lei Municipal nº 2116 de 12 de janeiro de 2015 acrescido através da Lei Municipal nº 2543 de 23 de novembro de 2018, com a retificação do percentual a ser pago.

Atenciosamente.

Ver. LUIZ PAULO CARDOSO
Presidente do Poder Legislativo